

Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder porte de arma funcional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 1º-B e 1º-C:

“Art. 6º

§ 1º-B. Os integrantes do quadro efetivo de agentes e guardas prisionais poderão portar arma de fogo de propriedade particular ou fornecida pela respectiva corporação ou instituição, mesmo fora de serviço, desde que estejam:

- I – submetidos a regime de dedicação exclusiva;
- II – sujeitos à formação funcional, nos termos do regulamento; e
- III – subordinados a mecanismos de fiscalização e de controle interno.

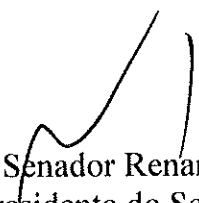
§ 1º-C. Os integrantes do quadro efetivo de Guardas Portuários poderão portar arma de fogo de propriedade particular ou fornecida pela respectiva corporação ou instituição, mesmo fora de serviço, desde que estejam:

- I – submetidos a regime de dedicação exclusiva;
- II – sujeitos à formação funcional, nos termos do regulamento; e
- III – subordinados a mecanismos de fiscalização e de controle interno.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de maio de 2014.


Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal